

Agricultura Orgânica em Manhuaçu e Região: Passos Iniciais em Direção ao Sistema Participativo de Garantia

Organic Agriculture in Manhuaçu and Region: Initial Steps Towards the Participatory Guarantee System

Flávio Neves Celestino

flavio.celestino@ifsudestemg.edu.br

Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), *Campus Manhuaçu*.

Guilherme Lima Vieira

guilherme.lima@ifsudestemg.edu.br

Técnico-Administrativos em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), *Campus Manhuaçu*.

Milena Amendro Faria

milena.amendro@ifsudestemg.edu.br

Técnico-Administrativos em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), *Campus Manhuaçu*.

Edina Neves Teixeira Fialho Gomes

edina.fialho@emater.mg.gov.br

Extensionista na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG).

Alisson Gomes de Moraes

alissongomes081@gmail.com

Aluno do Curso Técnico em Cafeicultura no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), *Campus Manhuaçu*.

Recebido em: 25/05/2020
Aprovado em: 26/08/2021

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 10 | N.1 | JAN.-JUN.2021

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi desenvolver ações de apoio e fortalecimento da agricultura orgânica no município de Manhuaçu e Região, visando constituir um Sistema Participativo de Garantia (SPG). Com base na experiência vivenciada é possível destacar alguns pontos na construção desse processo, primeiro buscar como referência algum SPG já consolidado; trabalhar a construção do processo sem antecipar etapas, por se tratar de um sistema participativo é fundamental o envolvimento de todos (colaboradores e agricultores), portanto, demanda-se tempo para construir e consolidar as relações pessoais; dotar os atores principais, os agricultores, de autonomia, para que o sentimento de pertencimento possa aflorar e contribuir para a afirmação e consolidação do SPG; e todos os envolvidos devem sempre estarem abertos ao diálogo.

Palavras-Chave: Agricultura Orgânica; Certificação; Sistemas Participativos de Garantia; Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade.

ABSTRACT

The objective of this work was to develop actions to support and strengthen organic agriculture in the municipality of Manhuaçu and Region, aiming at constituting a Participatory Guarantee System (SPG). Based on the experience, it is possible to highlight some points in the construction of this process, first looking for a consolidated GSP as a reference; working in the construction of a process without anticipating stages, since treating a participatory system is fundamental or involves everyone (employees and farmers), therefore, time is required to create and consolidate as personal relationships; endow the main actors, the farmers, with autonomy, so that the feeling of belonging can emerge and contribute to the affirmation and consolidation of the GSP; and everyone involved should always be open to dialogue.

Keywords: Organic Agriculture; Certification; Participatory Guarantee Systems; Participative Conformity Assessment Body.

Introdução

A partir da revolução verde a agricultura passou a ser pautada no desenvolvimento de novas tecnologias, máquinas agrícolas e indústria química, que embora tenham impulsionado a produção de alimentos, também produziram efeitos colaterais (ALVES et al., 2012). Tais efeitos colaterais, causaram e causam grande preocupação na sociedade e impulsionaram os agricultores a desenvolverem métodos e processos agrícolas visando maior segurança e sustentabilidade, trata-se de uma produção baseada na interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas, ecossistema e meio ambiente (GLIESSMAN, 2001). Assim sendo, para a agricultura orgânica o solo é um sistema vivo, que deve ser nutrido, mantendo-se as atividades de organismos benéficos responsáveis pela ciclagem de nutrientes e à produção de húmus (VEZZANI & MIELNICZUK, 2011).

A importância da agricultura orgânica está na sua capacidade em conservar e promover serviços ecossistêmicos, tais como, controle biológico, polinização, conservação do solo e ciclagem de nutrientes (SANDHU et al., 2010). A adoção de sistemas orgânicos é marcada por forte elemento ideológico, a convicção, que orienta produtores preocupados com o meio ambiente e com a saúde (REDIN, 2015). Dentro deste enfoque holístico, os sistemas de produção passaram a considerar os procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, procurando-se manter as características e sabor originais (FEIDEN, 2005).

Com o desenvolvimento e crescimento do mercado de produtos orgânicos, principalmente, devido a procura por alimentos saudáveis (livres de agrotóxicos), estes passaram a ser comercializados a preços superiores aos convencionais (DIAS et al., 2015; LUIZZI et al., 2016). Levantamento realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) em 2015, no Distrito Federal, verificou que a média de incremento dos preços para produtos certificados na Ceasa, na rede de supermercado privado e nas feiras foram de 100,5%, 65,5% e 53,6%, respectivamente (CODEPLAN, 2020). Como consequência desse sobrepreço surgiu a necessidade de certificação e de definição de conjunto de normas para comercialização dos produtos orgânicos (FEIDEN, 2005).

No Brasil, a Lei Federal N° 10.831, de 23 de dezembro de 2003, normatizou o mercado interno sobre a produção e comercialização dos orgânicos, e a regulamentação veio com o Decreto N° 6.323, de 27 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2020a, 2020b). Esta regulamentação prevê que a certificação dos produtos orgânicos pode ser por auditoria ou participativa, bem como, o uso do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) para os produtos certificados. A certificação por auditoria é realizada por entidades certificadoras, que adotam um conjunto de regras e procedimentos para avaliar a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação (BRASIL, 2020b). Por outro lado, a certificação participativa é conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa (BRASIL, 2020b).

Em função do seu pioneirismo, o Brasil tornou-se uma referência mundial em Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), tanto por seu reconhecimento legal, quanto por ter experiências consolidadas de norte ao sul do país (HIRATA et al., 2020). Atualmente, o país conta com 27 SPGs com Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs) credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (MAPA, 2020). Entretanto, vale ressaltar que apesar dos SPGs serem considerados uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica, o que tem sido observado é algo muito maior para o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira. A certificação participativa utiliza um conjunto de mecanismos que, além da avaliação da conformidade orgânica, proporciona reavivamento e incentivo aos princípios agroecológicos, evidenciando aspectos como o incentivo à diversificação da produção, a construção de novas alternativas de marketing, o renascimento e o uso de sementes crioulas, fortalecimento das organizações de agricultores, proporciona maior conhecimento aos seus membros por meio de um sistema altamente interativo, agregando informações práticas e técnicas, estimula à liderança das mulheres e o desenvolvimento de políticas locais de apoio e fortalecimento a agroecologia (HIRATA et al., 2019).

Diante destes aspectos, a regulamentação impulsionou o setor dos produtos orgânicos no Brasil, entretanto, a melhor remuneração e crescimento do mercado, tem atraído muitos empreendedores que visam apenas o lucro imediato, não considerando aspectos ambientais e sociais (CAMPANHOLA & VALARINI, 2001). Como

consequência, o conceito e a essência da agricultura orgânica têm sido desfigurados, surgindo uma visão de que se atendido às normas mínimas de legislação tem-se direito ao selo de qualidade. Tal interpretação, corresponde à simples substituição dos insumos convencionais por insumos orgânicos ou biológicos, mantendo a mesma lógica produtiva dos sistemas convencionais (FEIDEN, 2005). Entretanto, tais problemas não descaracterizam a importância da certificação, que é a forma de assegurar, ao consumidor, o cumprimento desses padrões de conformidade.

O município de Manhuaçu está localizado na região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020). A microrregião de Manhuaçu é constituída por 21 municípios (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020). Segundo dados do IBGE de 2017, Manhuaçu possui o maior PIB Agropecuário da Zona da Mata (IBGE, 2020). Este destaca-se pela atividade cafeeira, sendo o município com maior número de estabelecimentos com plantio de café e o sexto maior produtor de café arábica do Brasil (25.894 toneladas) (IBGE, 2020). Além da cafeicultura, outras atividades agropecuárias possuem destacada importância, tais como, produção de cana-de-açúcar, milho, feijão, laranja, banana, mandioca, bem como a criação de bovinos (com destaque para pecuária leiteira), frangos de corte e suínos (IBGE, 2020). A altitude e o clima da região também são propícios para exploração da olericultura, da fruticultura, da floricultura que são explorações econômicas de comprovada importância na cadeia produtiva do agronegócio. Ainda neste tocante, cabe ressaltar que a região da Zona da Mata foi instituída como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, conforme a Lei Nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018 (MINAS GERAIS, 2020). Assim sendo, o objetivo desse trabalho foi desenvolver ações de apoio e fortalecimento da agricultura orgânica no município de Manhuaçu e Região, visando constituir um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Metodologia

A proposta de trabalhar ações voltadas para a agricultura orgânica no município de Manhuaçu e região surgiu de demanda apresentada pela Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos e Terapeutas Naturalistas de Manhuaçu e Região (Agrifom/MG).

Com base na demanda principal que era a certificação de produtos orgânicos, foram propostas as seguintes ações:

- **Reuniões de planejamento** – foram realizadas reuniões com representantes das entidades envolvidas no projeto, tais como, Agrifom/MG, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) – *Campus* Manhuaçu, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e Secretária de Agricultura de Manhuaçu.

- **Encontros de Grupo** – foram realizados encontros com os interessados, colaboradores e agricultores. Em alguns destes encontros foram realizadas as seguintes atividades: minicurso, palestras, dinâmica de grupo, troca de sementes, análise FOFA (para identificar as ameaças, as oportunidades e os pontos fortes e fracos do processo), trocas de experiências, entre outros.

- **Elaboração de diagnóstico participativo** - foi elaborado um questionário para identificar as organizações formais e informais que trabalham com agricultura orgânica e Agroecologia. Neste questionário foram coletadas as seguintes informações: identificação; se já era ou não produtor orgânico, se sim, a quanto tempo; se pertencia a alguma organização (associação ou cooperativa); se possuía certificação da produção, por auditoria ou participativa; quais produtos produzidos; se conhecia o Sistema Participativo de Garantia; se tinha interesse em fazer cursos de capacitação, entre outras.

Nas reuniões de planejamento as ações empregadas foram analisadas, avaliadas e, assim, tomada a decisão sobre qual seria o novo passo. O objetivo destas avaliações foram identificar demandas e quais eram às necessidades dos atores principais, os agricultores, sempre com a preocupação de dar total autonomia a estes.

Resultados e Discussão

As discussões das formas de comercialização e certificação de produtos orgânicos foi iniciativa da Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos e Terapeutas Naturalistas de Manhuaçu e Região (Agrifom/MG), e tinha como objetivo a criação de uma Organização de Controle Social (OCS). Entretanto, após a participação em maio de 2018, de membros da Agrifom/MG, em um encontro sobre agroecologia realizado no

Campus Rio Pomba do IF Sudeste MG e, após a realização do 1º Seminário de Agroecologia e Saneamento em Santa Bárbara do Leste, em agosto de 2018, por iniciativa de membros da Agrifom/MG, iniciou-se um processo de debate visando a criação de um SPG. A criação do SPG surgiu em função da necessidade verificada pelos agricultores de realizar a venda indireta, algo que os mesmos não poderiam fazer caso fosse criado a OCS. Este encontro ficou estabelecido como “Marco Colaborativo”, pois a Agrifom/MG e a Emater/MG, representada por seus gerentes regionais e por seus técnicos dos escritórios locais de Manhuaçu, Santa Bárbara do Leste, Simonésia, São Domingos das Dores, São Sebastião do Anta e Dionísio, assumiram o compromisso de realizar visitas, dias de campo e outras reuniões técnicas, com objetivo de aprofundar e avançar no processo de certificação.

Neste processo pode-se dizer que esta seria a primeira etapa, conhecer as diferentes formas de comercialização e certificação dos produtos orgânicos. Os agricultores orgânicos podem comercializar seus produtos por meio da venda direta (produtor-consumidor, ou seja, feiras livres, entrega de cestas de produtos, entre outras) ou indireta (produtor-atravesador-supermercado-consumidor). Contudo, a venda indireta só poderá ocorrer por meio da certificação dos produtos orgânicos. Já a venda direta poderá ser realizada sem a certificação, entretanto, o produtor deverá possuir um certificado para comercialização direta de sua produção expedido por uma OCS (grupo, associação, cooperativa ou consórcio) cadastrada ao MAPA.

A certificação dos produtos, conforme, prevê o Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, pode ser realizada de duas formas: por auditoria e participativa (BRASIL, 2020b). A certificação por auditoria é realizada por entidades certificadoras, que adotam um conjunto de regras e procedimentos para avaliar a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação. Por outro lado, a certificação participativa é conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade.

O SPG, que a partir de agora será o tema central abordado, é constituído por fornecedores (agricultores e processadores), por colaboradores (consumidores,

instituições interessadas em debater sobre a produção orgânica, entre outros) e pelo OPAC (HIRATA et al., 2018a). Cabendo aqui destacar que o OPAC é a estrutura que responde legalmente por todas as atividades que visam a certificação (HIRATA et al., 2018a).

Diante do exposto, nas reuniões iniciais de planejamento foram discutidos meios para que os agricultores pudessem conhecer mais sobre as diferentes formas de comercialização e certificação dos produtos orgânicos. Apesar da notável ansiedade dos membros da Agrifom/MG, os mesmos entenderam a importância da criação de uma agenda de encontros, para amadurecer as ideias de criação do OPAC e do SPG e preparar os possíveis fornecedores. Além disso, destacou-se o papel fundamental do ator principal, que são os agricultores, e que estes deveriam demonstrar claramente o interesse em fazer parte deste processo de constituição do OPAC e do SPG. Assim, foram definidos alguns mobilizadores para verificar junto aos grupos de agricultores o real interesse em dar início a este processo de criação do OPAC.

Cabe aqui destacar que os SPGs têm como características principais o controle social e a responsabilidade solidária (HIRATA et al., 2018b). O controle social é feito por meio da participação direta de todos(as) nas ações coletivas para avaliar a conformidade orgânica (HIRATA et al., 2018b). Assim sendo, é fundamental a participação ativa de todos para que o sistema tenha credibilidade. Esse ponto é de extrema importância, portanto, neste tipo de mobilização, principalmente, por parte das entidades colaboradoras, deve-se atentar para que os agricultores tenham autonomia e sejam participativos, e sintam-se a todo momento parte integrante do processo. Caso contrário se não houver esse sentimento de pertencimento, a probabilidade de a ação ser infrutífera aumentará.

Constatada a importância de se trabalhar os temas acima, foi proposto a realização do I Encontro de Grupo (maio de 2019), no *Campus* Manhuaçu do IF Sudeste MG, onde seria abordado temas como a legislação sobre a comercialização e certificação de produtos orgânicos, bem como, o controle social e a responsabilidade solidária. O encontro foi um momento marcante, pois depois de um longo período de reuniões e discussões, pudemos reunir os colaboradores e os agricultores (atores centrais deste processo).

Neste encontro, foram realizadas as palestras “Importância da Certificação de Produtos Orgânicos” e “Legislação de Produtos Orgânicos”, posteriormente, abriu-se

para discussão e debate entre todos os envolvidos, e foram feitos alguns esclarecimentos. Este I Encontro de Grupo contou com a participação de 23 famílias de agricultores. Ao final do encontro verificou-se junto aos agricultores, o interesse em dar continuidade ao processo de constituição do OPAC e do SPG, e foram unânimes quanto ao interesse.

Após o encontro, à tarde, foi realizado uma reunião para apontar os aspectos positivos e negativos deste primeiro momento. Os pontos positivos foram os temas abordados, o vídeo sobre o SPG Sul de Minas, o debate que foi construtivo e adesão dos agricultores ao processo de constituição do OPAC e do SPG. Os pontos negativos foram a concentração de gênero, o pouco espaço para melhor dinâmica de apresentação, pouco tempo para interação. Diante das observações, foi proposto novo encontro, onde seriam realizadas dinâmicas de grupo para maior interação entre os atores, bem como, um almoço de confraternização. Outro ponto importante foi alternar os locais dos encontros, uma forma de aumentar a interação e dotar os atores de autonomia, pois estes organizaram o local, o almoço, entre outros.

O II Encontro de Grupo aconteceu em junho de 2019 na sede da Escola da Agrifom em Santa Bárbara do Leste e contou com a presença de 37 pessoas. Mais uma vez durante o encontro reforçou-se a importância dos agricultores neste processo, destacando o papel deste como atores principais. Posteriormente, a cargo da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), aplicou-se à análise da FOFA, visando identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades do processo de constituição do OPAC e do SPG. Como pontos fortes foram identificados a produção de produtos orgânicos, o empenho dos agricultores e a boa interação com a Agrifom/MG. Já em relação aos pontos fracos, o principal, foi a pouca experiência sobre o processo. As ameaças foram a dificuldade em trabalhar em grupo e não buscar apoio técnico para resolver problemas. Ao final, novo encontro foi agendado para setembro de 2019.

Com base no relato da pouca experiência apontada na análise de FOFA, foi oferecido o Minicurso Manejo Agroecológico do Solo, que contou com a participação de 28 pessoas. Cabe aqui destacar que o *Campus* Manhuaçu já vinha trabalhando o tema agricultura orgânica no *Campus* ofertando o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) – Agricultor Orgânico, o qual treinou mais de 50 pessoas, entre agricultores, pessoas interessadas pelo tema, entre outros.

O III Encontro de Grupo aconteceu em São Sebastião do Sacramento distrito de Manhuaçu. Inicialmente, todos os participantes apresentaram-se, foi realizado uma mística onde os presentes foram convidados a depositar objetos de trocas no centro do salão, formando uma mandala com sementes, artesanatos, cartilhas, caderno do plano de manejo, folders, entre outros, trazendo um pouco da memória dos últimos encontros. Foi exibido um documentário sobre Orgânicos do Sul de Minas, destacando as principais ações entorno da certificação orgânica. Este encontro contou com a presença do Prof. Eugênio Martins de Sá, que explanou sobre os principais tipos de certificação orgânica, os aspectos legais, dando ênfase ao OPAC e ao SPG. Também, foi aplicado um questionário, com intuito de identificar o perfil dos atores envolvido no processo de constituição do OPAC e do SPG, bem como, um almoço de confraternização. Após, foi discutido o papel fundamental da mulher neste processo e apresentado o caderno de plano de manejo orgânico.

Neste III Encontro de Grupo participaram 39 famílias de agricultores. Com base no questionário observou-se as seguintes informações, a maioria das famílias (59,0%) eram compostas por 4 ou mais pessoas (Gráfico 1). Em relação a posse da terra, 61,5% dos agricultores afirmaram ser própria, 28,2% contrato de parceria e 5,1% arrendada (Gráfico 2A). Dentre os agricultores, 56,4% afirmaram possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo assim, comprovadamente agricultores familiares, fornecendo um indicativo do perfil do grupo de trabalho (Gráfico 2B). No que diz respeito a organização associativa, 71,8% faziam parte de algum tipo de organização (associação ou cooperativa), sendo que 28,2% destas organizações já trabalhavam com produtos orgânicos (Gráfico 3A e 3B).

Gráfico 1: Número de pessoas que compõe o grupo familiar.

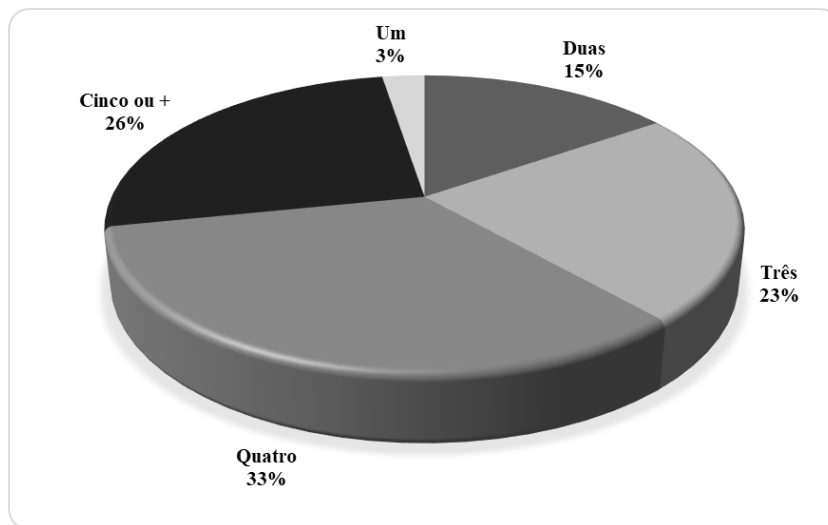


Gráfico 2: Posse da terra dos agricultores (A) e Agricultores que afirmaram possuir ou não a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (B).

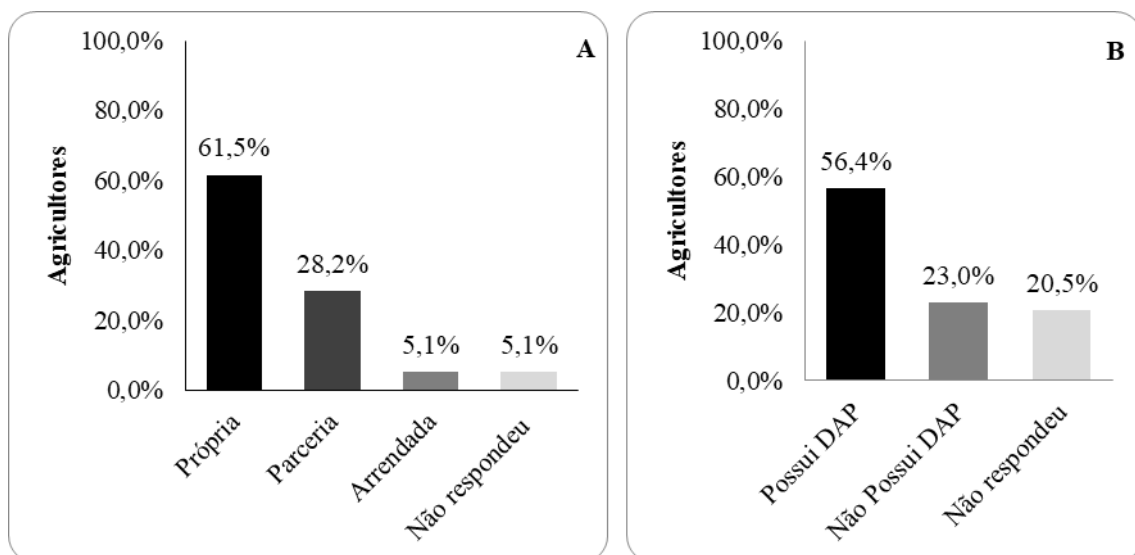
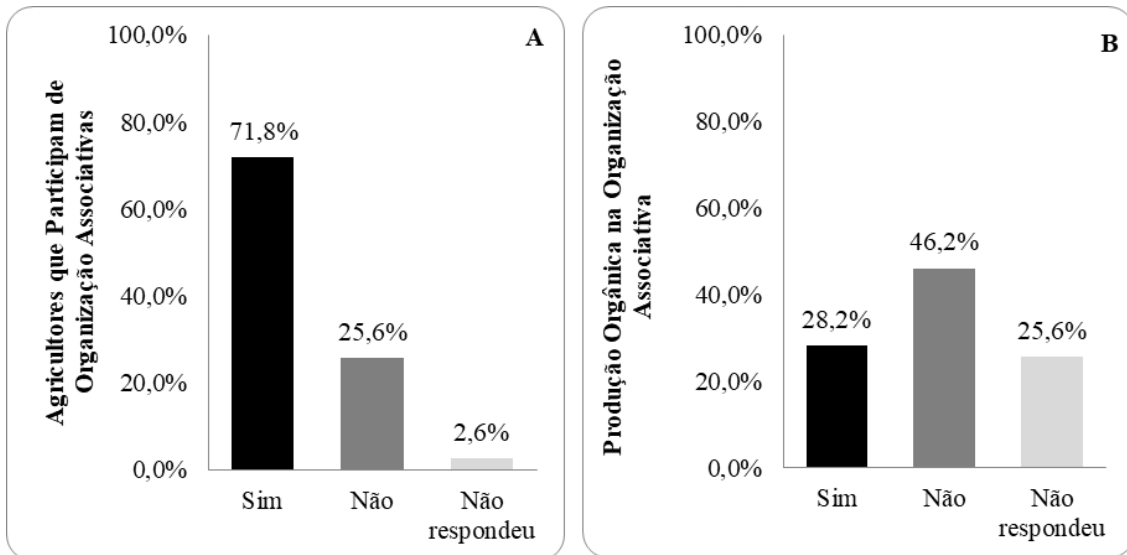


Gráfico 3: Participação em organização associativa (A) e envolvimento, desta com a produção orgânica (B).



A maioria das famílias não eram produtoras orgânicas (61,5%) e dos que afirmaram serem produtores orgânicos (30,8%), 75,0% possuíam mais de 3 anos de atividade (Gráfico 4). Quanto a certificação de produtos orgânicos, 94,9% não possuíam certificação e 5,1% não responderam (Gráfico 5), o que reforça a importância das ações desenvolvidas e propostas. Cabe aqui destacar que apesar de 30,8% afirmarem serem produtores orgânicos estes não possuíam qualquer tipo de comprovação, assim, afirmaram com base no conhecimento que possuíam naquele momento. Desta forma, certificação será de extrema importância, pois confirmará a qualidade orgânica, bem como, permitirá agregação de valor a estes produtos, proporcionando melhor qualidade de vida aos agricultores.

Gráfico 4: Relação de agricultores que se consideravam produtores orgânicos e dentre estes o tempo na atividade.

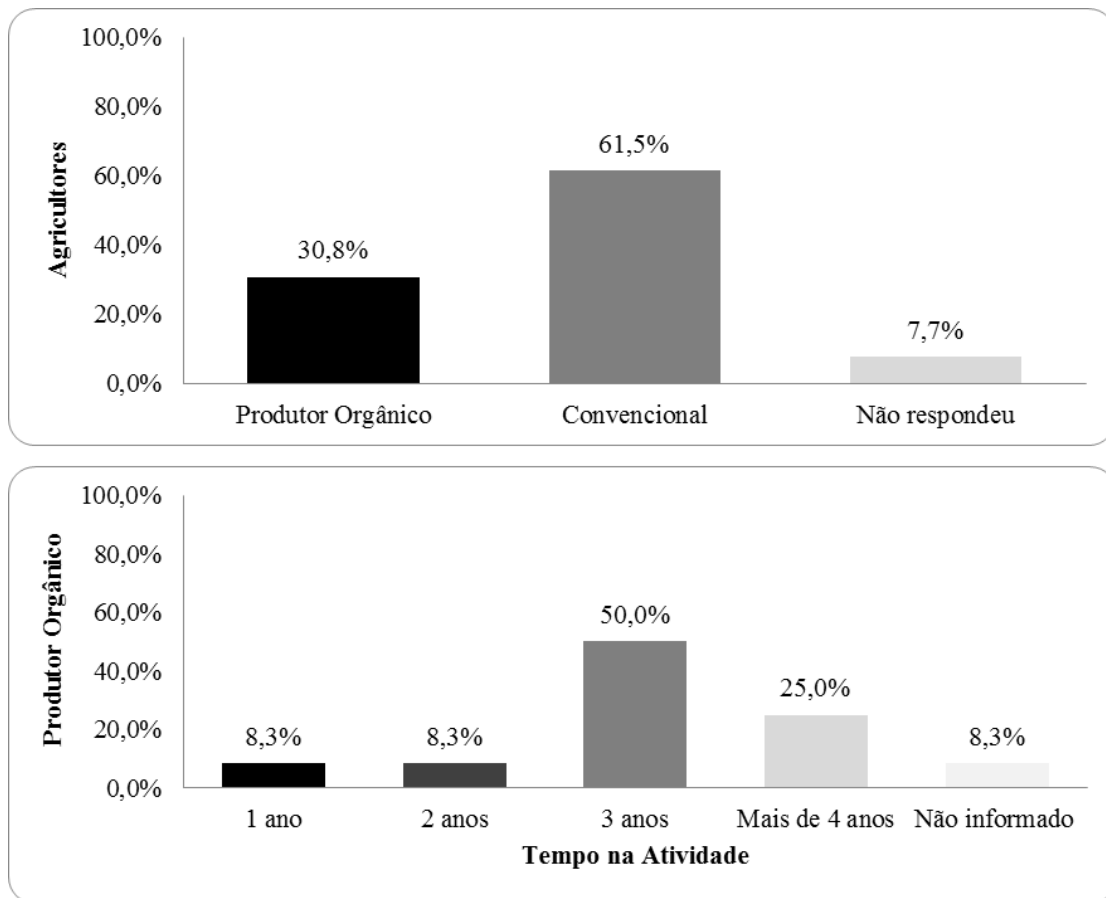
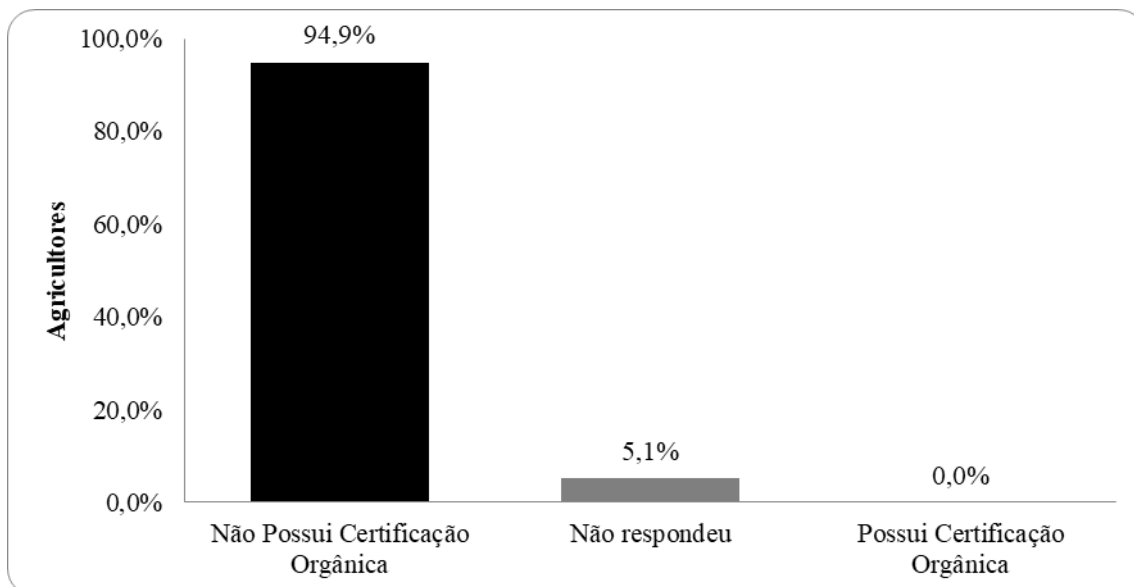


Gráfico 5: Produtores que possuem certificação dos produtos orgânicos.



Cerca de 53,8% afirmaram conhecer o SPG, muito provável que seja em função do processo de discussão realizado ao longo deste período (Gráfico 6). Quanto aos principais produtos produzidos pelos agricultores, destaca-se a produção de hortaliças (79,5%), café (66,7%), banana (51,3%), milho (48,7%), feijão (46,2%) e citros (43,6%)

(Gráfico 7). A maioria das famílias (92,3%) manifestaram interesse em participar de capacitações sobre o SPG e produção orgânica (Gráfico 8). Tal interesse nas capacitações é um bom indicativo da proximidade dos agricultores ao grupo de colaboradores, ponto este importante, e que demonstra que as atividades desenvolvidas têm despertado o interesse dos mesmos.

Gráfico 6: Famílias de agricultores que conhecem ou não o Sistema Participativo de Garantia (SPG).

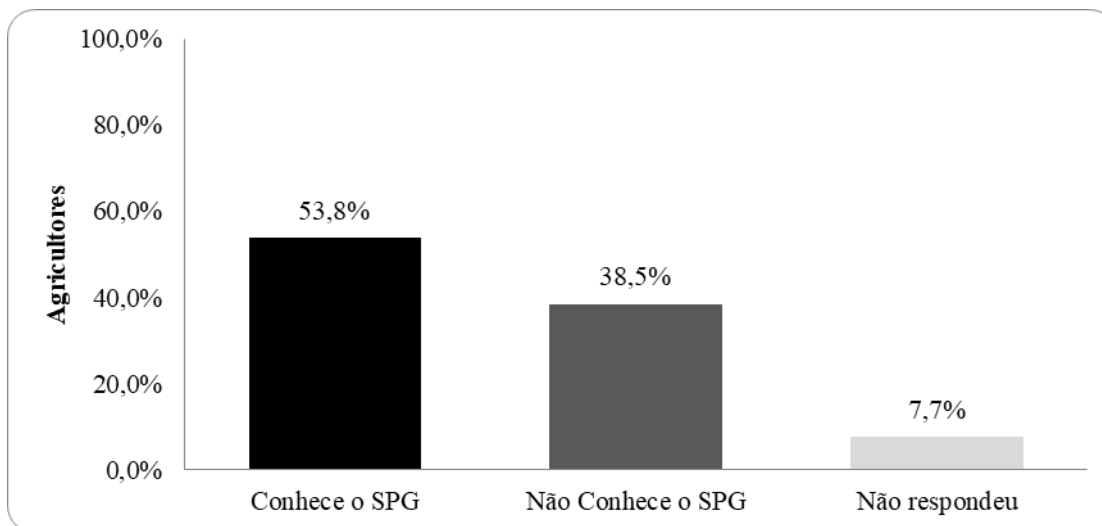


Gráfico 7: Principais produtos produzidos pelos agricultores.

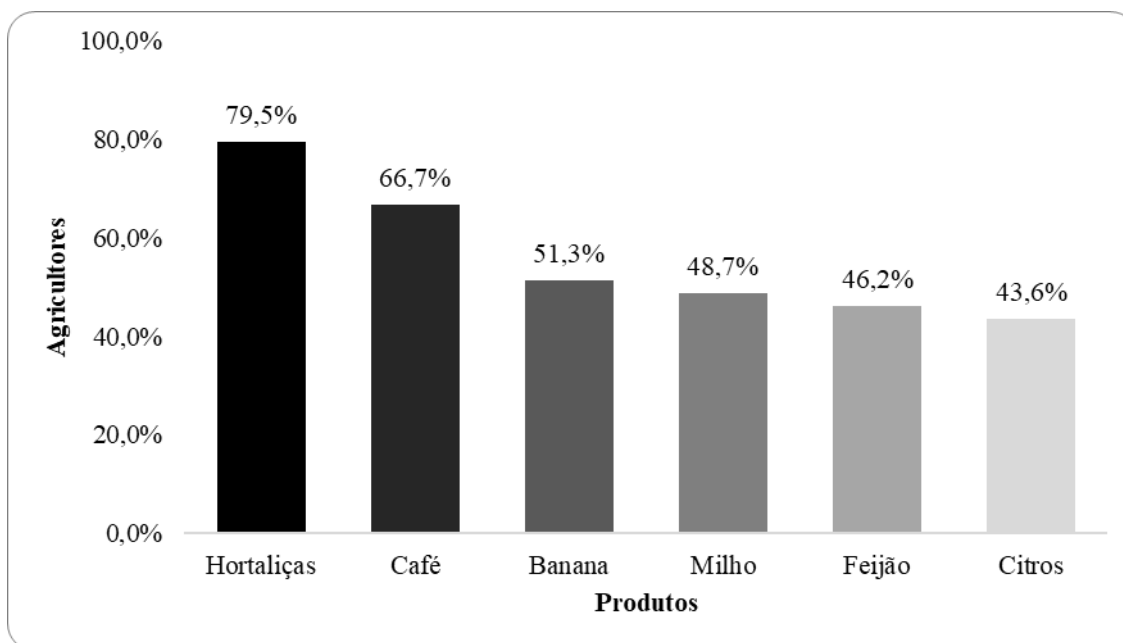
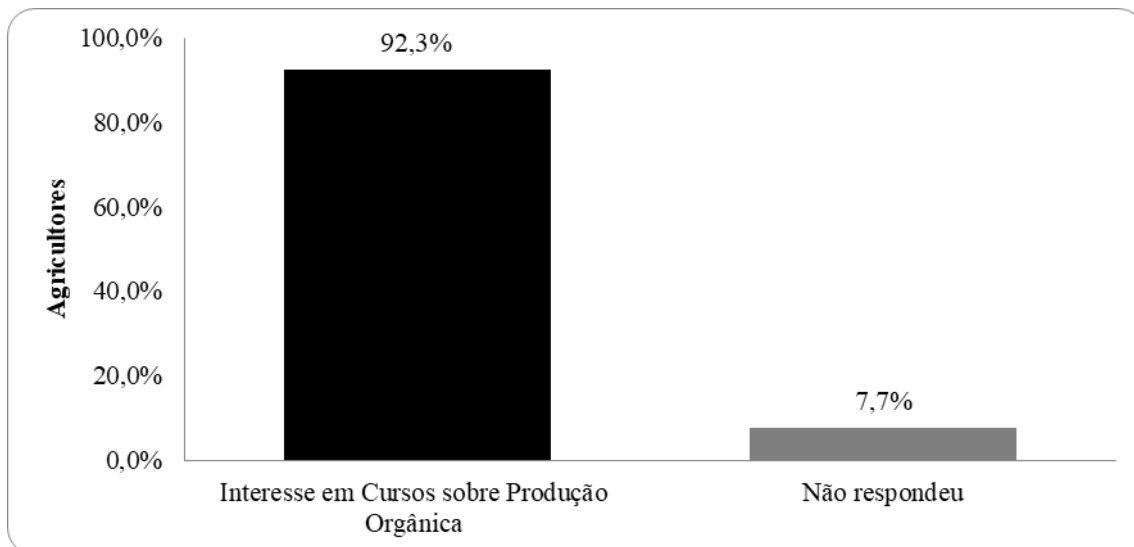


Gráfico 8: Interesse em fazer capacitações sobre o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e produção orgânica.



Novas reuniões de planejamento aconteceram, visando discutir o Estatuto e Regimento da Agrifom/MG, uma vez que, a partir de todo o processo desenvolvido até aquele momento era notório o interesse dos agricultores em continuar com o processo de constituição do OPAC e do SPG. Esta etapa foi realizada com intuito de adequar o estatuto e o regimento às exigências legais e será aprovado em assembleia.

É importante destacar, que por diversos momentos houveram divergência entre os colaboradores, e que não há problema algum, visto que todo processo que envolve atores diversos tende em algum momento haver algum tipo de divergência. O mais importante é que os colaboradores têm se mostrado abertos ao diálogo e motivados a contribuir e fortalecer a agricultura orgânica da região das Matas de Minas. Os agricultores têm demonstrado comprometimento e interesse em continuar com o processo de constituição do OPAC e do SPG. Vivenciar um processo de tamanha magnitude, sem dúvida, tem sido uma experiência fantástica, são inúmeras dificuldades, erros e acertos, e que ao final nos possibilita ver algo surgindo em função do trabalho conjunto de diversas instituições e, principalmente, pelo empenho de agricultoras e agricultores, em busca de uma agricultura mais sustentável.

Considerações Finais

A certificação participativa, pode ser uma forma de reduzir custo e permitir a venda indireta, principalmente, para os agricultores familiares, que são a maioria dos

envolvidos neste trabalho. No entanto, cabe ressaltar que este é um processo complexo que demanda união, comprometimento, responsabilidade, ética, espírito de grupo, solidariedade, entre outras características, para que se tenha êxito. É importante destacar alguns pontos na construção desse processo, primeiro buscar como referência algum SPG já consolidado, neste caso foi o SPG Sul de Minas; trabalhar a construção do processo sem antecipar etapas, por se tratar de um sistema participativo é fundamental o envolvimento de todos (colaboradores e agricultores), portanto, demanda-se tempo para construir e consolidar as relações pessoais; alternar os locais das reuniões de planejamento e encontros de grupos, pois contribui positivamente na construção da relação entre os atores envolvidos; dotar os atores principais, os agricultores, de autonomia, para que o sentimento de pertencimento possa aflorar e contribuir para a afirmação e consolidação do SPG; e todos os envolvidos devem sempre estarem abertos ao diálogo.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – *Campus* Manhuaçu pelo apoio financeiro. À Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos e Terapeutas Naturalistas de Manhuaçu e Região pela confiança. À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e Secretária de Agricultura de Manhuaçu pela parceria e auxílio técnico.

Referências bibliográficas

ALVES, A. C. DE O.; SANTOS, A. L. DE S. DOS; AZEVEDO, R. M. M. C. DE. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.7, n.2, p.19-27, 2012.

BRASIL. *Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 14 mai. 2020a.

BRASIL. *Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 14 mai. 2020b.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CODEPLAN (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL). *O Mercado de Produtos Orgânicos: Mecanismos de Controle*. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mercado-Produtos-Org%C3%A2nicos-Mecanismo-de-Controle.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2020.

DIAS, V. DA V.; SCHULTZ, G.; SCHUSTER, M. DA S.; TALAMINI, E.; RÉVILLION, J. P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 161-182, 2015.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p.49-70.

GLIESSMAN, S. R. Diversidade e estabilidade do agroecossistema. In: GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade, 2001, p. 437-474.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Localização geográfica*. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 14 mai. 2020.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. DA.; NERY, J. A. *O Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2018a.

HIRATA, A. R.; ASSIS, T. R. DE P.; ROCHA, L. C. D. DA. A constituição do sistema participativo de garantia do sul de minas. *Retratos de Assentamentos*, v. 21, n. 1, p. 47-69, 2018b.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. DA.; ASSIS, T. R. DE P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. The Contribution of the Participatory Guarantee System in the Revival of Agroecological Principles in Southern Minas Gerais, Brazil. *Sustainability*, v. 11, n. 4675, p. 1-15, 2019.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. DA. *Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhuacu/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47004>. Acesso em: 14 mai. 2020.

LUIZZI, D.; FERREIRA, J. D.; SCHNEIDER, M. B. O comércio internacional de produtos orgânicos: atuação do Brasil e de países atuantes no setor. *Caderno de Administração*, v. 24, n. 2, p. 72-88, 2016.

MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO). *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 11 mai. 2020.

MINAS GERAIS. *Diário do Executivo Minas Gerais - Caderno 1*. Disponível em: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/211972/caderno1_2018-12-28%202.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 mai. 2020.

REDIN, E. Construção social de mercados: a produção orgânica nos assentamentos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Interações*, v. 16, n. 1, p. 55-66, 2015.

SANDHU, H. S; WRATTEN, S. D.; CULLEN, R. Review: Organic agriculture and ecosystem services. *Environmental Science & Policy*, v. 1, n. 3, p. 1-7, 2010.

VEZZANI, F. M.; MIELNICZUK, J. *O Solo como Sistema*. Curitiba: Editora dos autores, 2011.